



ENTRE A GLÓRIA E O ESCÁRNIO: A QUESTÃO DO CÂNONE LITERÁRIO BRASILEIRO

Benício Mackson Duarte Araújo¹; Profa. Dra. Maria Edileuza da Costa²

Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

¹beniciomackson@hotmail.com ²edileuzacosta@uern.br

RESUMO: O presente estudo versa sobre a formação do cânone literário brasileiro, bem como o papel e a atuação da mulher na literatura. Por este viés, discute-se a definição de cânone literário e os critérios necessários para se enquadrar nesse grupo, daí se discute acerca das relações entre literatura e sociedade que resultam nos processos de criação, recepção e aceitação da obra literária. O estudo é desenvolvido à luz de teórico como Candido (2000 e 2014), Compagnon (2001) e Muzart (1995), autores que dissertam acerca da formação da literatura brasileira, a concepção de cânone e as relações de gênero na literatura. No desenrolar da discussão damos destaque às produções literárias do início da Literatura Potiguar. Assim, o estudo aborda uma problemática ideológica acerca da literatura brasileira e sinaliza para a importância das produções literárias das classes minoritárias.

PALAVRAS-CHAVE: Cânone; Literatura; Mulher

INTRODUÇÃO

A íntima relação entre literatura e sociedade requer um olhar crítico em torno das relações sociais e humanas que se deram em determinado período de criação e recepção da obra literária. Por este viés, pensar a questão do cânone literário é refletir acerca dos critérios de preferência entre uma obra e outra, entre um escritor e outro, o que desencadeia a perspectiva de que a aceitação de um requer a exclusão do outro.

Na questão da literatura concentra-se um grupo de escritores com suas respectivas obras que lideram os debates literários e o mercado das letras. Esses escritores atravessam o véu do anonimato e, através de suas obras, ganham a posição de figura

pública lembrada nas diversas instâncias que sua popularidade e obras propiciam por meio do pedestal do cânone. Por outro lado, vários escritores ficam à margem dessa dimensão canônica e têm seus nomes privados da glória popular e consequentemente do reconhecimento social.

Por este caminho, o que levou esses escritores a terem seus nomes e obras esquecidos pelo cenário cultural de sua época e tampouco foram mencionadas nas aulas de literatura, congressos, simpósios e rodas de conversas?

Assim sendo, o presente trabalho discute a formação do cânone literário brasileiro, o primor por alguns escritores e a exclusão de outros. Tratamos da relação de



gênero na literatura no tocante da recepção do texto de uma mulher pela crítica literária. O trabalho é dividido em três partes; na primeira discutimos sobre cânone literário, depois as questões sociais e ideologias que levam a preferência e a exclusão de alguns autores do cânone, por fim trazemos à tona os primeiros escritores potiguares que compuseram a literatura oitocentista do Estado do Rio Grande do Norte e que, por vezes, estiveram às margens do cânone literário brasileiro.

FORMAÇÃO DO CÂNONE LITERÁRIO BRASILEIRO

A grande maioria das atividades sociais do Brasil do século XIX foi regida por homens, dentre elas, a literatura e concomitantemente o vasto campo das letras. As mulheres, em exclusividade as que pertenciam a uma elite burguesa, tinham acesso apenas a poucos textos escritos por homens e uma educação regida por normas patriarcais com o necessário para a formação de uma mulher condutora do lar. Enquanto isso, as mulheres que não pertencessem a esta classe social estavam sujeitas aos índices de analfabetismo. Por outro lado, os homens tinham acesso às várias esferas da educação, bem como, ao Ensino Superior e a Diplomacia.

Nesse período, o espírito romântico propiciou o desencadear de uma literatura

propriamente brasileira, sendo produzida nas extensões do Brasil e referente a esta terra, uma vez que as produções literárias outrora se voltaram à cultura portuguesa devido às influências estabelecidas com a corte, já que “os homens que escreveram aqui durante todo o período colonial são, ou formados em Portugal, ou formados à portuguesa, iniciando-se no uso de instrumentos expressivos conforme os moldes da mãe-pátria” (CANDIDO, 2014, p.100).

Até meados do século XIX o acesso ao livro é bem limitado devido à importação europeia, o que fez com que as bibliotecas que se estabeleceram na colônia fossem poucas, raras e com acervo limitado. Tal problemática ocasionou o favorecimento das manifestações literárias através da oralidade que veicularam, principalmente, a poesia por conta da forma suscetível à memorização e disseminação do texto poético.

“Muitas aspirações mais caras aos intelectuais brasileiros da segunda metade do século XVIII foram aqui realizadas nos primeiros anos do século XIX com o apoio do próprio governo que as combatera” (CANDIDO, 2000, p. 215), uma vez que, no século anterior os poetas eram obrigados a desenvolverem temáticas patriotas em que transfigurasse o magníssimo do Rei, os elementos da terra e da corte, a sublimação do índio como figura de heroísmo nacional, bem



como, a fauna e a flora brasileira, como acontece em *Brasilíada* (1815) de Tomás Antônio dos Santos e a *Alfonsíada* de Antônio José Osório de Pinta Leitão.

Paulatinamente, a escrita literária brasileira se abriu a novos horizontes. O século XIX, para muitos estudiosos, caracteriza-se como o século das luzes, pois várias transformações sociais e, conseqüentemente literárias, aconteceram nesse ínterim. As produções brasileiras deixam de lado o naturalismo e o patriotismo exacerbado e ganham temáticas de cunho crítico/social e de prezo pela forma.

O apogeu do romantismo, realismo e parnasianismo caracterizou-se por uma efervescência de autoria que primou pelo fazer literário de cunho intelectual, o que ocasionou o surgimento de leitores ávidos que passaram a ver a obra literária muito além do entretenimento e debruçaram-se criticamente sobre essas produções, surgindo, assim, a necessidade de sistematização das obras produzidas no campo artístico e literário brasileiro.

A penúria de sistematização literária surgiu diante do anseio de didatismo para estudos dos autores e de suas produções nas poucas escolas e universidades brasileiras, o que acarretou o surgimento de várias obras antológicas, biográficas e artigos que primaram, principalmente, pela descrição

impecável da vida dos escritores, construindo, a partir disso, imagens de escritores-heróis.

Vejamos o que Candido (2000, p. 312-313) disserta sobre,

Além da iniciativa de elaborar um *corpus* pela publicação de textos, a tarefa imediata rumo à história literária eram as biografias, isto é, o conhecimento dos indivíduos responsáveis pelos textos, como exigia cada vez a nova crítica, adequada ao espírito romântico. A ela se atiraram muitos no Brasil. Como a pressa era grande e nem todos possuíam o senso de exatidão, deixaram-se ir frequentemente ao saber das inferências arriscadas, conclusões rápidas, e, mesmo, imaginação pura e simples. [...] Era preciso fornecê-los à pátria como exemplo, pois todo esse movimento biográfico é animado de um espírito plutarquiano que conduzia o embelezamento do herói.

Isto posto, nasceram vários estudos acerca das produções literárias do século XIX objetivando a sistematização das obras e de seus respectivos autores, trabalho este desenvolvido em tom emergencial defronte a necessidade de esculpir socialmente referências de renomes no campo das letras nacionais, bem como, obras que reproduzissem o cenário patriota no qual pretendia-se propagar os ideais patrícios. Esse resgate partiu-se pelo viés histórico e por



meio das biografias que foram produzidas de maneira imediata, com poucos recursos de pesquisas e com leviandade, uma vez que grandes trechos escritos por biógrafos da época não correspondiam com a veracidade dos fatos descritos (CANDIDO, 2000).

Esses levantamentos trazidos por Antonio Candido (2000) apontam para a preocupação com a autoria dos textos literários que circulavam no meio sociocultural do século XIX. A preferência e a descrição de um determinado grupo de escritores revela a construção de personagens que serviriam como exemplo de moral e patriotismo a inspirar a população e as gerações que estavam por virem, fortificando concepções ideológicas da época como o patriarcalismo e a exclusão das classes minoritárias, de maneira a estipular um modelo literário que deveria ser “obrigatoriamente” seguido por aqueles que almejassem obter prestígio da crítica nacional e ter seu nome propagado pelo país.

CÂNONE LITERÁRIO: PREFERÊNCIA E EXCLUSÃO

A partir da preferência e divulgação de um grupo de escritores a outro, forma-se o cânone literário, o qual tem gênese na concepção teológica utilizada pela igreja católica nas produções vistas como inspirações divinas. No universo literário brasileiro, as normas canônicas circundaram

um ideal de nacionalismo que invocavam saudosos espíritos nacionais estereotipados de acordo com os quesitos de classe social, raça, estilo literário, gênero e outros arquétipos que sublinharam certos autores e suas respectivas obras, dando-lhes lugar de destaque e posição de modelo a ser seguido.

Por outro lado, o cânone por optar por um modelo de produção, colocou vários artistas à margem do apogeu literário, um fenômeno que desvalorizou as obras de diversos autores e autoras, fazendo com que muitos caíssem no esquecimento.

Compagnon (2001, p. 226-227) coloca que,

[...] Em grego, o cânone era uma regra, um modelo, uma norma representada por uma obra a ser imitada. Na igreja, o cânone foi a lista, mais ou menos longa, dos livros reconhecidos como inspirados e dignos de autoridade. O cânone importou o modelo teológico para a literatura do século XIX, época da ascensão do nacionalismo, quando os grandes escritores se tornaram os heróis do espírito das nações. Um cânone é, pois nacional (como uma história da literatura), ele promove os clássicos nacionais ao nível dos gregos e dos latinos, compõe um firmamento diante do qual a questão da admiração individual não se coloca mais: seus monumentos formam um patrimônio, uma memória coletiva.



O destaque dado amplamente a certas obras e autores caracteriza-se como um processo de exclusão, uma vez que muitos escritores foram esquecidos e levados ao sarcasmo literário, compondo, assim, uma literatura que ficou às margens da sociedade, pois estiveram periféricos às normas idealizadas pelo cânone e conseqüentemente pela crítica literária.

Muzart (1995, p. 86) discorre que:

O estudo do cânone está ligado, pois, a várias coisas, principalmente à dominante da época: dominantes ideológicas, estilo de época, gênero dominante, geografia, sexo, raça, classe social e outros. Aquilo que é canonizado em certas épocas, é esquecido noutras; o que foi esquecido numa, é resgatado em outra.

A questão do cânone forma-se em determinadas épocas de acordo com as ideologias predominantes, bem como uma série de elementos socioculturais vistos como exemplos a serem seguidos. Esse processo de canonização move-se através de uma relação de imposição, pois se escolhe determinados autores com suas respectivas obras e lança-os a frente do cenário literário, destacando-os por meio de biografias, antologias, críticas, artigos, dentre várias produções.

Foram excluídos do certame crítico e intelectual do século XIX os textos produzidos por escravos e seus descendentes, escritores menos favorecidos economicamente, mulheres e outros autores que não compunham um molde estabelecido pelo cânone. Os gêneros humorísticos, eróticos e satíricos também foram marginalizados.

Muzart (1995, p. 87, 88) traz um bom exemplo de exclusão canônica, quando por ocasião da criação da Academia Brasileira de Letras em 1897 foram divulgados os escritores renomeados a serem homenageados, tais como: Machado de Assis, Coelho Neto, Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Rui Barbosa. A estudiosa coloca que nesta lista também houve escritores epidérmicos¹ como; Afonso Celso, Garcia Redondo e os amigos de Machado de Assis, então presidente da academia, como Urbano Duarte. Mas excluíram-se os nomes de escritores simbolistas pertencentes a um estilo literário adverso aos ideais parnasianos, como Cruz e Souza, negro e descendente de escravos, que em 1893 já havia publicado a obra *Missal e Broquéis* e mesmo assim foi completamente esquecido pela crítica literária de sua época. Apenas algum tempo depois foi lembrado pelos estudos literários.

¹ Termo usado no texto de Muzart (1995) para designar os escritores menos renomeados



Se esse fato aconteceu com um homem do século XIX, pensemos na posição que a crítica literária, formada por renomeados escritores do terreno das letras, se posicionava frente ao texto de autoria feminina:

Não ousando inovar, as mulheres submeteram-se aos cânones masculinos. E, imitando-os, para se integrarem na corrente, também não foram reconhecidas nem respeitadas e sim esquecidas, mortas. Pode-se argumentar que essas mulheres do século XIX, se numerosas, publicaram muito pouco. Daí a razão de não aparecerem nas Histórias da Literatura Brasileira. (MUZART, 1995, p. 87)

A mulher tinha somente formação voltada para o lar, o suficiente para desenvolver seu papel frente os limites da casa. No entanto, muitas mulheres ousaram e conseguiram, por meio do autodidatismo, formação suficiente para escreverem tão bem quanto os homens. A escrita feminina em termo quantitativo não se compara com a escrita masculina, pois poucas foram as mulheres que conseguiram vencer o grande empecilho do patriarcalismo. Nesse contexto a mulher tendia a imitar a escrita alheia com o propósito de se enquadrar em um molde através do qual pudesse ser aceita pela crítica literária.

Foi diante dessas dificuldades que muitas escritoras escreveram sob a sombra do homem e daquilo que ele produzia. Através de pseudônimos masculinos, a maioria das escritoras oitocentista se transvestiram do sexo oposto, adaptando suas obras às peculiaridades necessárias à exposição da crítica, vendo que o texto fosse assinado com nome de homem favoreceria a recepção da crítica literária e a aceitação social da obra.

RESQUÍCIOS DA LITERATURA POTIGUAR OITOCENTISTA

O Rio Grande do Norte, bem como outros extremos brasileiros, estava fora da tríade geográfica canônica do século XIX formada pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Os primeiros resquícios literários do Rio Grande do Norte têm impulso nas fortes e tradicionais correntes de manifestações da literatura oral, lembra-se em pesquisas o nome do escravo, Fabião das Queimadas, que obteve destaque entre cantos e contos populares com sua poesia comparada a de Castro Alves. Outro destaque nesse período é de um escravo anônimo que foi vislumbrado por suas contações de histórias nas noites de lua cheia.

Já a literatura potiguar escrita começou a surgir ainda na primeira metade do século XIX, com destaque para o nome do poeta Lourival Açucena (1827-1907) que “tornou-se conhecido numa atividade que



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

estimulava sentimentos nas enluaradas noites provincianas: a modinha” (GURGEL, 2003, p. 9). O poeta norte-rio-grandense teve poemas publicados em jornais e folhetos distribuídos na capital e em poucos lugares do interior, ganhando devoção do povo potiguar e respeito das autoridades do Estado.

Em 1832 Nísia Floresta, escritora potiguar, com punho firme e vindouros ideais de emancipação, escreveu *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, foi uma das primeiras mulheres na literatura brasileira a se rebelar das “algemas” masculinas e, com isso, abrir portas para que outras mulheres pudessem escrever sobre determinadas temáticas sem sentirem o peso da “culpa” por ser mulher. Por representar uma quebra do cânone e das normas da moralidade e atingir as “muralhas” do patriarcalismo, Nísia Floresta, por muito tempo, teve a sua vida e obras omissas dos debates literários.

Próximo à proclamação da república, Segundo Wanderley (1860-1909) ganhou fama com a ascensão do grupo político dominante do Estado, a Oligarquia Albuquerque Maranhão. O poeta fora influenciado pela poesia de Castro Alves de quem herdou uma de suas principais características de escrita literária presente no estilo condoreiro.

Posteriormente surge e consagra-se diante das letras norte-rio-grandenses uma

poesia de clamor lutuoso e taciturno. Auta de Souza (1876-1901), negra e tuberculosa, publicou o livro *Horto* (1900) e através dele pulverizou uma poesia de temática existencial com poética clássica e contornos populares, declamados nas rodas de poesia e nos salmos litúrgicos. Apesar dos subterfúgios, a moça de 24 conseguiu popularidade entre os poetas potiguares, mas esteve a mercê de um crítica que constantemente qualificou sua produção como uma escrita propriamente de mulher.

No final do século XIX do Estado do Rio Grande do Norte, Ferreira Itajubá (1877-1912), provindo de família humilde, desenvolve uma poesia que surge da classe baixa do Estado e com grande valor estético. Itajubá, romancista de espírito boêmio, declamou sua poética sobre ecos dos aplausos populares, o que incomodava a elite, pois o poeta se punha como tal e se apresentava em locais públicos.

Sendo assim, a questão do cânone literário desenvolveu-se de acordo com aspectos sociais que circundaram a obra literária e sua aprovação no meio crítico, levando em conta o que há, também, nas entrelinhas da escrita literária, como elementos socioculturais; a autoria e sua relação com a crítica; gênero do escritor; e ideologias predominantes da época.



CONCLUSÕES

Tomados pelas discussões tecidas em torno da formação do cânone literário brasileiro, podemos dizer que nos primórdios de nossa literatura a constituição do cânone primou por uma temática de cunho naturalista que transparecesse as características locais e, com isso, instigasse novos escritores a produzirem sobre a mãe-pátria. Nesse contexto houve várias maneiras de canonizar esses escritores, sendo uma dessas formas a idealização biográfica do escritor.

A questão do cânone também traz à tona a ideologização dominante da época sobre o sujeito escritor. Ao privilegiar uns em detrimento de outros colocou-se às margens dos escritores-heróis, e até mesmo do estilo literário produzido por eles, mulheres, negros e desafortunados que para se adequar aos critérios literários, muitos, utilizaram de um estilo que não lhes pertenciam e assumiram até

mesmo uma nova uma identidade, como é o caso das mulheres escritoras que outrora, através do pseudônimo, se transvestiam do sexo oposto para possibilitar a veiculação de seus textos.

É possível reafirmarmos que a questão do cânone na literatura muda de acordo com a época e as ideologias circulantes, o que é cânone hoje pode não ser amanhã, o que reforça a concepção da íntima relação entre a literatura e os fenômenos sociais, dentre os quais a participação da mulher e outras classes minoritárias na nossa literatura.

Percebemos que o presente estudo é limitado frente à importância e o tamanho da discussão aqui proposta, contudo esperamos novas oportunidades para continuar a pesquisa e novamente retornar a discussão da formação do cânone literário brasileiro. Esperamos contribuir para os estudos na área da literatura brasileira, bem como para os estudos sobre as relações de gênero na literatura.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, A. M. S. **Literatura e sociedade**. 13. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2014.

_____. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 6. ed. Volume 1 e Volume 2. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

COMPAGNON, A. **O Demônio da Teoria: literatura e senso comum**. Trad. Cleonice P. B. Mourão, Consuelo F. Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

GURGEL, T.; VITORIANO, V.; GURGEL, D. **Introdução à cultura do Rio Grande do Norte:** literatura, artes plástica, folclore. João Pessoa: Grafset, 2003.

MUZART, Z. L. **A questão do cânone.** Anuário de Literatura, Florianópolis, n.3, p. 85-94, 1995.
Disponível em:
https://www.google.com.br/search?q=a+quest%C3%A3o+do+canone&oq=a+quest%C3%A3o+do+canone&aqs=chrome..69i57j69i59j0l4.6387j0j7&sourceid=chrome&es_sm=122&ie=UTF-8.
Acesso em 03/05/15 às 8:00.

